

Com. Brasil

22 ABR 1990 Falta Dizer

38073

Aloysio Biondi



Evitar a recessão sem destruir o choque

É bom puxar pela memória, olhar o que já aconteceu no Brasil, aproveitar as lições da História, para entender o que está acontecendo hoje no País — e evitar erros do passado. Em 1979, o Governo que então assumia tinha um diagnóstico claro dos problemas do País e propostas para enfrentá-los: combate à especulação financeira no over, combate à inflação, combate à concentração de renda, mudanças na cobrança de impostos, principalmente do IR, e assim por diante. Havia, na época, um problema maior, hoje superado: a falta de dólares, os "rombos" na balança comercial (exportações menos importações), agravados desde a crise do petróleo, em 1973, quando seus preços triplicaram.

Mesmo esse problema da falta de dólares, no entanto, apresentava perspectivas de solução, a médio prazo. O Brasil vinha investindo maciçamente na substituição de suas importações, isto é, em projetos para produzir, aqui, matérias-primas e bens comprados no exterior (consumindo dólares), como alumínio, petróleo, borracha, papel, fertilizantes. O novo Governo tinha por isso mesmo — você se lembra? — uma estratégia para solucionar os problemas do País.

Era tudo uma questão de ganhar tempo: "segurar" a economia, "esfriá-la", para reduzir as importações durante mais um ou dois anos, até que as fábricas, usinas, novos poços petrolíferos entrassem em funcionamento, tornando desnecessárias as importações. Sobrariam dólares, não haveria mais crises periódicas com a dívida externa, o Brasil seria administrável. Busca-se uma pausa, um esfriamento temporário, para chegar ao ajuste definitivo da economia, para superar a falta de dólares e a dependência em relação aos credores.

Nada disso aconteceu — e as crises que o País enfrentou nos últimos anos só existiram porque aquela estratégia foi abandonada. A recessão de 1981 a 1983, o desemprego de milhões de brasileiros naquela época, o agravamento da inflação não surgiram do nada: começaram por um erro histórico, cometido em 1979. Exatamente como pode acontecer agora, caso as pressões para abrandar o choque forem exageradas e os analistas catastrofistas impedirem você, a sociedade, de entender o que realmente está acontecendo no País, como ocorreu em 1979.

O que aconteceu naquela época? Puxe pela memória: surgiu uma grande "orquestração", capitaneada por lideranças empresariais do Sul, contra a "recessão", o "desemprego", as "falências". Uma campanha para substituir o Ministro da Fazenda, apontado como conservador e recessivo. Ironicamente, e como sempre acontece, as esquerdas brasileiras embarcaram na mesma canoa, se comportaram mais uma vez como "inocentes úteis" dos grandes interesses — e ajudaram a derrubar o Ministro, em meados daquele ano.

Puxe pela memória: a campanha orquestrada, e finalmente vitoriosa, lançou mão de todos os tipos de chavões, de falsas verdades, para conquistar a opinião pública. Ignorava-se que a "pausa"



era necessária. Dizia-se que o Brasil era um país pobre, precisava crescer, criar empregos, e não "esfriar" a economia. O argumento era atraente, mas ignorava uma verdade, esta sim, real: com a crescente falta de dólares, com o crescente problema da dívida externa, o Brasil iria desembocar em uma crise incontornável, se mantivesse a mesma política econômica.

Para enganar a sociedade, os falsos desenvolvimentistas usavam um argumento aparentemente decisivo: vários setores tinham capacidade ociosa, era possível estimular o consumo dos bens que eles produziam, sem provocar inflação e sem agravar o problema da falta de dólares. Falso argumento. É óbvio — mas foi esquecido — que o crescimento de determinados setores acabaria criando renda, emprego, vale dizer, poder de compra, com aumento da demanda também pelos bens que exigiam importações (como automóveis).

O novo Ministro, "desenvolvimentista", abandonou a política de "esfriamento". E ela foi mantida mesmo quando, em dezembro de 1979, os preços do petróleo deram outro salto gigantesco e chegaram a 36 dólares o barril (contra 3 dólares antes de 1973). Naquela época, o Brasil mal produzia 120 mil barris de petróleo por dia — e consumia mais de um milhão por dia. Importava o resto gastando bilhões de dólares. Nem assim as lideranças empresariais, os analistas, quiseram ver que a política era suicida, que mais cedo ou mais tarde, o problema da falta de dólares para importar chegaria a um ponto explosivo — provocando, inclusive, inflação. Você e a sociedade foram engabelados no gostoso sonho de que "o negócio é crescer, e não arrumar a economia".

Há semelhanças entre 1979 e 1990. Neste momento, crescem as pressões para abrandar o "choque", como se ele não fosse o caminho para resolver um problema grave: a inflação. Critica-se (exatamente como em 1979) a Ministra da Economia e sua equipe, apontadas como "teóricas", desligadas da realidade, e por isso recessionistas. Ao mesmo tempo, também como em 1979, alguns assessores ministeriais começam a surgir no noticiário da imprensa, com declarações em favor do crescimento econômico, da "retomada" — promovendo-se, de olho no poder, como "desenvolvimentistas". Trata-se do mesmo canto da sereia de 1979. Você, a sociedade, não podem embarcar nesse canto outra vez. É naufrágio certo.

Os falsos coitadinhos

Há analistas afirmando que a pretensa recessão trazida pelo choque será agravada por um fenômeno específico. O pacote, ao combater o anonimato antes possibilitado pelo cheque ao portador, teria dado um golpe mortal na "economia clandestina", na "economia informal", apontada como um dos principais fatores de crescimento da economia brasileira nos últimos anos. Milhares de negócios teriam sido inviabilizados com a mudança, dizem eles.

Tudo muito simpático, mas absolutamente hipócrita. Economia informal, trabalho informal, isto é, sem registro em carteira, sem nota fiscal, nos países onde se tem respeito pelos interesses da sociedade, é para ser entendido ao pé da letra: pessoas que não conseguem trabalhar "formal", são desempregados ou subempregados que estão se "virando" para ganhar a vida. São os biscateiros, os guardadores e lavadores de carros, os vendedores de drops, os marreteiros eventuais (não os permanentes, que são comerciantes, mesmo). Não se pode pedir que paguem impostos, se registrem: eles mal sobrevivem com seu trabalho.

Agora, chamar de "economia informal" o que vinha acontecendo no Brasil, nos últimos anos, é hipocrisia. Grandes, médias e pequenas empresas realizavam operações por baixo do pano, frau-

des (inclusive nas exportações e importações), no valor de bilhões — e sonegavam os impostos devidos. Senhoras e senhores bem postos na vida vendiam jóias, roupas, quinquilharias — numa concorrência desleal para com as empresas estabelecidas — como fonte de renda permanentes, sem pagar os impostos que o assalariado, por exemplo, paga. Isto é economia informal? Não, é sonegação, com todas as letras. Algo a ser corrigido, como o plano está tentando.

Atenção: é reconhecido que os pequenos negócios são importantes para a economia, fundamentais para a distribuição de renda, para o próprio sistema capitalista. Mas, então, que se articule um movimento para a cobrança do Imposto de Renda sobre os lucros dessas atividades, proporcional ao faturamento e ao lucro, isto é, alíquotas menores para quem ganha menos.

Defender a sonegação, sob o nome pomposo de "economia informal" é, no mínimo, hipocrisia. O choque está certo, certíssimo, ao combater o anonimato. A opinião pública ainda não percebeu: há poderosos interesses empenhados em destruir todo o "pacote" porque foram duramente atingidos pelo fim do anonimato, pela dificuldade em manter o nível de sonegação a que estavam habituada. Por lucros gigantescos.